

# Um estudo comparativo entre o cooperativismo brasileiro e países de referência mundial

*Un estudio comparativo entre el cooperativismo brasileño y países de referencia mundial*

*A comparative study between the Brazilian cooperativism and world reference countries*

Chrystian Biscaro<sup>1</sup>  
Juliana Fatima de Moraes Hernandez<sup>2</sup>  
Luis Miguel Luzio dos Santos<sup>3</sup>

**Recibido:** 29 de agosto de 2022

**Aprobado:** 5 de mayo de 2023

**Publicado:** 30 de junio de 2023

**Como citar este artículo:**

Biscaro, C., Moraes Hernandez, J.F. y Luzio dos Santos, L.M. (2023). Um estudo comparativo entre o cooperativismo brasileiro e países de referência mundial.

*Cooperativismo & Desarrollo*, 31(126), 1-22.

doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2023.02.09>

---

Artículo de investigación. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2023.02.09>

<sup>1</sup> Professor adjunto A, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

Correo electrónico: [chrystianbiscaro@gmail.com](mailto:chrystianbiscaro@gmail.com)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0038-9138>

<sup>2</sup> UEL - Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica do Agronegócio na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

Correo electrónico: [hernandes.sul@gmail.com](mailto:hernandes.sul@gmail.com)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2531-1035>

<sup>3</sup> Professor adjunto A, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

Correo electrónico: [lmig@uol.com.br](mailto:lmig@uol.com.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9369-0298>



## Resumo

O cooperativismo, termo intercambiável com a expressão movimento cooperativo, pode ser entendido como um sistema socioprodutivo que tem por alicerce as organizações cooperativas, mas que não se limita a elas, pois vai além do universo produtivo e incorpora um conjunto de valores societais, como participação e responsabilidade mútua. Dada a sua pluralidade organizacional e abrangência geográfica, o presente estudo tem como objetivo analisar o modelo cooperativista brasileiro em comparação aos modelos neozelandês, francês, finlandês e italiano, buscando trazer à tona semelhanças, diferenças, barreiras e potencialidades para o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro. A seleção dos referidos países deve-se ao fato destes figurarem entre os maiores destaques no Índice de Economia Cooperativa, segundo a ONU. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada fundamentalmente em periódicos, estudos científicos e pesquisas internacionais de relevância sobre o tema. Como resultados da pesquisa, verificou-se que o cooperativismo brasileiro ainda apresenta tímidos indicadores em relação aos países referência na área, o que aponta para um vasto campo a ser desenvolvido. Por outro lado, no que tange à estrutura do movimento, o país segue as melhores práticas mundiais, com um órgão responsável por representar e congregar os interesses do movimento, o que cria maior unicidade e força para o movimento. Também se sintoniza com os países de referência em termos de princípios e valores, destacadamente, solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade.

**Palavras-chave:** desenvolvimento territorial, social e solidária, modelo cooperativo.

### Descriptor:

**N86** Latin America • Caribbean

**P13** Cooperative Enterprises

## Resumen

El cooperativismo, término intercambiable con la expresión movimiento cooperativo, puede entenderse como un sistema socioprodutivo basado en organizaciones cooperativas, pero no limitado a éstas, ya que trasciende el universo productivo e incorpora un conjunto de valores sociales, como participación y Responsabilidad mutua. Dada su pluralidad organizativa y alcance geográfico, este estudio tiene como objetivo analizar el modelo cooperativo brasileño en comparación con los modelos neozelandés, francés, finlandés e italiano, buscando resaltar similitudes, diferencias, barreras y potencialidades para el desarrollo del cooperativismo brasileño. La selección de estos países se debe a que se encuentran entre los principales destaques en el Índice de Economía Cooperativa según la ONU. Se trata de una investigación cualitativa y descriptiva, basada fundamentalmente en revistas, estudios científicos e investigaciones internacionales relevantes sobre el tema. Como resultado de la investigación, se encontró que el cooperativismo brasileño todavía presenta indicadores tímidos en relación a los países de referencia en el área, lo que apunta a un vasto campo por desarrollar. Por otro lado, en cuanto a la estructura del movimiento, el país sigue las mejores prácticas globales, con un organismo responsable de representar y articular los intereses del movimiento, lo que genera mayor unidad y fuerza para el movimiento. También está en sintonía con los países de referencia en términos de principios y valores, en particular la solidaridad, la responsabilidad, la democracia y la igualdad.

**Palabras clave:** economía social y solidaria, desarrollo territorial, modelo cooperativo.

## Abstract

Cooperativism, a term interchangeable with the expression cooperative movement, can be understood as a socio-productive system based on cooperative organizations, but not limited to them, as it goes beyond the productive universe and incorporates a set of societal values, as participation and mutual responsibility. Given

its organizational plurality and geographic scope, this study aims to analyze the Brazilian cooperative model in comparison to the New Zealand, French, Finnish and Italian models, seeking to bring out similarities and differences, barriers and potential for the development of Brazilian cooperativism. The selection of these countries is due to the fact that they are among the main highlights in the Cooperative Economy Index according to the UN. It is a qualitative and descriptive research, fundamentally based on journals, scientific studies and relevant international research on the subject. As a result of the research, it was found that Brazilian cooperativism still presents timid indicators in relation to reference countries in the area, which points to a vast field to be developed. On the other hand, with regard to the movement's structure, the country follows the best global practices, with a body responsible for representing and bringing together the movement's interests, which creates greater unity and strength for the movement. It is also in tune with reference countries in terms of principles and values, notably solidarity, responsibility, democracy and equality.

**Keywords:** cooperative model, social and solidarity economy, territorial development.

## Introdução

Quando se pensa na história da humanidade, desde os seus primórdios, percebe-se que a evolução da espécie foi assegurada em razão da capacidade de conviver e cooperar em grandes grupos, pois a união de esforços e a solidariedade foram imprescindíveis para superar as adversidades, haja vista que não possuíamos vantagens individuais, como força ou rapidez, capazes de nos garantir a supremacia dos predadores (Luzio-dos-Santos, 2015). Os primeiros homínídeos caçavam e repartiam entre o grupo o resultado de seus esforços, assegurando a sobrevivência de todos, o que incluía os mais fortes e os mais frágeis. Esse comportamento foi decisivo para a continuidade da espécie e para o desenvolvimento de civilizações complexas até os dias atuais.

A trajetória da cooperação e do comportamento cooperativo vai além dos grupos de caçadores primitivos. Nos momentos históricos subsequentes, ainda anteriores à era cristã, podem-se recordar as unidades agrícolas coletivas da Babilônia, as associações artesanais no antigo Egito, as associações conhecidas como Orglonas e Tiasas na Grécia, os grupos organizados chamados de Colégios da antiga Roma e as sociedades de créditos da antiga China. Na era cristã, salienta-se o modo de vida dos povos essênios, com suas Colônias Cooperativas. Posteriormente, têm-se as sociedades artesanais, as guildas medievais, as associações funerárias, os mosteiros, entre outros modelos organizativos da vida em grupo, que refletiam a importância do modo cooperativo de viver, não só para garantir a sobrevivência, mas também prosperidade (Namorado, 2013; Klaes, 2005).

Entretanto, apenas no século XIX é que surgem os primeiros indivíduos engajados em promover mudanças na sociedade, baseadas na cooperação e na socialização

da riqueza, com destaque para Robert Owen, Charles Fourier, Saint Simon e Pierre Proudhon (Luzio-dos-Santos, 2014). O galês Robert Owen (1771-1858) teve significativa participação no processo de formação dos conceitos cooperativos originais, servindo-se do aprendizado adquirido a partir de sua experiência prática na Inglaterra.

O movimento cooperativo pode ser entendido como um sistema socioprodutivo que tem por alicerce as organizações cooperativas, mas que vai além, ao desenvolver novas formas de sociabilidade, capazes de transformar a sociedade à sua volta, a partir de seus valores participativos, igualitários e de responsabilidade comunitária. Para se ter uma ideia da potencialidade dessa dinâmica, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), nas cinco macrorregiões do Brasil foi identificado que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em regiões com a maior concentração de cooperativas é sensivelmente superior ao das regiões onde não existem cooperativas (Organização das Cooperativas Brasileiras, 2010). Vale destacar que o IDH leva em consideração, para fins de aferir desenvolvimento, não apenas fatores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), mas também outras dimensões, como níveis de educação e saúde das sociedades.

Com lastro na cooperação, o cooperativismo constitui-se como base econômica e social e procura construir uma nova maneira de processar a economia, apoiando-se no trabalho e não no capital; na ajuda mútua e não na concorrência/competição; nos valores e necessidades humanos e não na acumulação individual do capital e na exploração do trabalho de outras pessoas. Portanto, pode-se dizer que o cooperativismo visa ao aprimoramento do ser humano nas dimensões social, econômica e cultural.

O último Censo Global do Cooperativismo, realizado pela ONU em 2014, apontou a existência de mais de 2,6 milhões de cooperativas em todo o mundo, resultando em mais de um bilhão de membros e clientes. O relatório indica, ainda, mais de 12,6 milhões de postos de trabalho gerados pelas cooperativas, não incluindo as 982.400 cooperativas agrícolas da China, cujos dados sobre emprego não estavam disponíveis na época da pesquisa (Dave Grace and Associates, 2014).

Dada a abrangência e relevância do cooperativismo para o Brasil, o presente trabalho vem questionar o panorama das cooperativas no país, quanto a sua estrutura, legislação e representatividade socioeconômica. Para isso, tem como objetivo geral analisar o modelo cooperativista brasileiro e compará-lo aos modelos neozelandês, francês, finlandês e italiano, principais referências no mundo. Com esse objetivo, procura-se trazer à tona as barreiras e as potencialidades que o cooperativismo brasileiro vislumbra para o seu desenvolvimento. Para tal, têm-se como objetivos específicos: descrever o modelo brasileiro de cooperativismo; descrever as principais

características que envolvem os modelos cooperativos dos países citados; comparar o modelo brasileiro de cooperativismo com os países de referência, considerando possíveis aderências e distanciamentos.

O estudo aqui apresentado divide-se em cinco seções. Primeiramente a introdução, seguida pelos aspectos metodológicos. O referencial teórico é trabalhado na terceira seção, em que se discute, além do contexto que envolve o tema, seus principais conceitos, discussões e embates, considerando que se trata de um movimento que congrega diferentes aderências e posicionamentos. A quarta seção apresenta os principais resultados da investigação, discorrendo sobre convergências e divergências entre os diferentes modelos de cooperativismo pesquisados no mundo. Por fim, são apresentadas as considerações finais, dando destaque às principais descobertas.

## Aspectos metodológicos

Considerando o objetivo da pesquisa, que busca a compreensão dos modelos de cooperativismos existentes, propondo-se comparar o modelo brasileiro com os de países de referência na área, a classificação geral do trabalho pode ser entendida como de caráter qualitativo e descritivo, conforme Godoy (1995).

Em relação às estratégias metodológicas para a coleta de dados, este estudo se apoia fundamentalmente em dois mecanismos: a) revisão teórica concernente ao tema central do estudo; e b) coleta, análise e comparação de dados secundários levantados em documentos oficiais. A análise dos dados foi baseada no método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), que sugere três fases cronológicas para a análise de conteúdo: i) pré-análise; ii) a exploração do material; e iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O seguinte esquema foi adotado para a coleta dos dados. O documento que deu origem às análises iniciais foi o Censo Global do Cooperativismo de 2014, desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (Dave Grace and Associates, 2014), no qual permitiu o entendimento conjuntural do cooperativismo mundial e a posterior seleção dos países que serviram de base de comparação com o modelo brasileiro. Posteriormente, partindo de buscas que se iniciaram no sítio eletrônico da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), chegou-se aos órgãos representativos de cada país onde, de forma complementar, acessaram-se informações específicas sobre a legislação, histórico, representatividade, aspectos econômico-sociais e valores éticos do movimento cooperativo de cada país.

Na sequência, definiram-se as categorias que foram analisadas neste estudo, quais sejam: a) Legislação principal, b) Órgão representativo, c) Ano de criação

da primeira cooperativa no país, d) Setores cooperativos de maior faturamento, e) Número de membros cooperados no país, f) Número de empregos gerados, g) Proporção do faturamento do setor em relação ao PIB, h) Percentual mínimo de membros cooperantes, e i) Principais valores.

A escolha dos países pesquisados (unidades de análise) ocorreu a partir da posição dos países no Índice de Economia Cooperativa disponível no Censo Global do Cooperativismo de 2014. Tal indicador leva em consideração três pilares do desenvolvimento em sua composição: i) a participação da população em cooperativas (membros e clientes), ii) a geração de empregos cooperativos e iii) a receita anual bruta em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) do respectivo país. De acordo com o referido Censo, dentre os 145 países pesquisados, os dez com maior relevância no Índice de Economia Cooperativa são: 1) Nova Zelândia, 2) França, 3) Suíça, 4) Finlândia, 5) Itália, 6) Países Baixos, 7) Alemanha, 8) Áustria, 9) Dinamarca e 10) Noruega.

A escolha dos países buscou abarcar aqueles que possuem maior representatividade em nível mundial no que se refere aos impactos econômicos e sociais das cooperativas no grupo social analisado. A proposta inicial deste trabalho era selecionar e comparar os países elencados nas quatro primeiras posições do índice, no entanto, devido às limitações na obtenção de dados relativos à Suíça, optou-se por excluir tal país do conjunto selecionado elegendo-se automaticamente os países nas posições seguintes. Desta forma, os países que foram selecionados para a comparação com o modelo de cooperativismo brasileiro foram: Nova Zelândia, França, Finlândia e Itália.

## Referencial teórico

As primeiras organizações cooperativas tiveram origem a partir do desenvolvimento acelerado do capitalismo no início do século XIX e de suas consequências perversas sobre os trabalhadores. Cabe destacar, conforme consideraram Hunt e Sherman (2013), que esse período histórico, de avanços na criação de bens de capital e aceleração dos processos de industrialização, foi marcado por um alto custo social, em que a acumulação capitalista se deu à custa da exploração dos operários.

Nesse contexto, o movimento cooperativo surgiu como um modelo organizacional que se confrontava à lógica hegemônica do capital, unindo os trabalhadores para que de forma coletiva se tornassem protagonistas da própria história (Namorado, 2013). O movimento cooperativo contou com a influência de personalidades como Robert Owen, Charles Fourier, Saint Simon e Pierre-Joseph Proudhon, que procuraram, cada um à sua maneira, desenhar modelos organizacionais amparados na ideia de cooperação e de socialização da riqueza (Luzio-dos-Santos, 2014). No entanto, o

galês Owen (1771-1858) destacou-se particularmente, sendo considerado, por muitos estudiosos, como o pai do movimento cooperativo (Namorado, 2013). Importante considerar que Owen não estava preocupado apenas com a produção e com o consumo, mas também com as relações sociais existentes e os valores que lhe davam lastro. Nesse sentido, ele fundou uma associação cujo objetivo estava voltado para o aprimoramento das relações sociais por meios pacíficos e através do uso da razão (Menezes, 2013).

Em 1844, na Inglaterra, com inspiração nos ideais owenistas, ocorreu a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, ou também chamada de Cooperativa de Rochdale. Sua constituição foi ocasionada pela iniciativa de 28 tecelões que se uniram e fundaram uma cooperativa de consumo, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados e o empoderamento da comunidade, haja vista que um dos seus objetivos se fundamentava na criação de postos de trabalho para os desempregados, na construção de casas para os cooperados e no incentivo à constituição de novas cooperativas (Marra, 2009). A partir desse esforço inicial, originaram-se os princípios rochdaleanos, que inspiraram os fundamentos do cooperativismo mundial e que se traduzem nos atuais sete princípios cooperativos: 1º) Adesão livre e voluntária; 2º) Gestão democrática; 3º) Participação econômica; 4º) Autonomia e independência; 5º) Educação, formação e informação; 6º) Intercooperação; e 7º) Interesse pela comunidade (International Cooperative Alliance [ICA], 2015).

## As organizações cooperativas

O modelo cooperativo de organização apresenta características próprias que podem ser resumidas em quatro pontos: 1) O modelo cooperativo rejeita a hierarquia rígida e centralizada, o que favorece a participação e o comprometimento do grupo; 2) As cooperativas tendem a responder à complexidade de mercados globais, mais exigentes, e obrigam a um maior grau de engajamento dos atores envolvidos, o que tende a ser potencializado por meio de trabalhadores-proprietários; 3) A percepção das atividades serem mais justas e humanizadas, por distribuírem os rendimentos de forma equitativa, tende a reduzir os conflitos internos e a gerar maior coesão social; 4) As cooperativas apresentam-se como alternativa às empresas capitalistas tradicionais, aliando maior justiça econômica e social, sem abrir mão da eficiência no desenvolvimento das atividades (Santos & Rodríguez, 2002).

Se for comparado a uma empresa tradicional, o modelo cooperativista apresenta as diferenças descritas no Quadro 1.

**Quadro 1. Diferença entre o Modelo Cooperativo e o Modelo das Empresas Mercantis**

<b>COOPERATIVA</b>	<b>EMPRESA TRADICIONAL</b>
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital
Retorna sobras para o cooperado	Distribui lucros ao capital
Cada associado, um voto	Quanto mais capital, maior poder de voto
Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral de cooperados	Conselho de Administração definido pelos sócios

**Fonte:** Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (2017).

As cooperativas promovem o desenvolvimento das sociedades por apresentar em suas ações valores, ética e transparência. Além disso, são organizações autos-sustentáveis que buscam ao mesmo tempo garantir sua estabilidade e o crescimento do setor em que atuam. As cooperativas colocam as pessoas no epicentro da entidade, o que é capaz de favorecer o empenho, esforço e dedicação de seus membros, constituindo, dessa forma, um dos pontos fortes do movimento cooperativo. Assim, pode-se dizer que essas organizações contribuem para a regeneração do tecido econômico e social das regiões em que estão localizadas, tendo como alicerce a solidariedade e ajuda mútua entre as pessoas (López, Guerrero & Cabrera, 2020).

As cooperativas são arranjos institucionais presentes em diferentes setores da economia, cuja característica comum é compartilhar os princípios fundamentais do cooperativismo. Embora o cooperativismo não seja homogêneo e universal, possui uma linguagem comum, permitindo que se faça referência a um movimento cooperativista internacional, devidamente estruturado e regido institucionalmente pela Aliança Cooperativista Internacional (Zylbersztajn, 2002).

De acordo com Schneider (2012), as organizações cooperativas contribuem com uma economia capaz de gerar vida, justiça e participação, contrapondo-se, portanto, aos processos capitalistas de concentração de poder e suas consequências. É assim que os modelos cooperativos favorecem o aprendizado, a vivência e a sustentabilidade de dimensões diferentes e inseparáveis da vida, como as ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas.

O cenário atual mostra uma diferença no que tange aos princípios do cooperativismo, enfrentando, atualmente, um processo de despersonalização no âmbito do negócio cooperativo, o que, invariavelmente, torna o processo de gestão extremamente complexo (Levi & Davis, 2008). Essa despersonalização relaciona-se à figura do associado, que é, ao mesmo tempo, cliente, fornecedor e proprietário; do gestor-associado, que é proprietário e administrador, e do gestor-contratado, que obtém resultados das operações, muitas vezes, em detrimento dos proprietários.



Como foi identificado por Vargas-Prieto (2014), em estudo específico de cooperativas agrícolas na França, a adaptação das cooperativas às mudanças econômicas não deixa de ter consequências na relação com o membro-cooperado. Tais mudanças podem gerar um sentimento de distanciamento dos centros de decisão, sensação de complexidade e confusão para os membros. Em decorrência, os cooperados podem apresentar dificuldades em se identificar com as novas estruturas cooperativas e sentirem que são apenas peças de um jogo econômico.

Os princípios cooperativistas ressaltam que a organização cooperativa deverá desempenhar seu papel social, incrementando melhorias nas comunidades nas quais estão localizadas, além de preocupações socioambientais em decorrência de suas atividades. O foco do negócio, portanto, também deve se voltar para o desenvolvimento local.

Assim, as organizações cooperativas possuem, atualmente, o desafio de manter sua estrutura voltada ao ser humano, no que se refere ao sistema produtivo, e não perder sua identidade como sistema cooperativo quando concorre no mercado.

## Antagonismos no movimento cooperativo

No campo teórico do cooperativismo, uma corrente específica se propôs a desafiar e criticar severamente os princípios e valores rochdaleanos. A Escola de Münster (ou Teoria de Münster) teve como principais expoentes Erik Boettcher, Rolf Eschenburg e Holger Bonus, que definiram o cooperativismo como “um agrupamento de indivíduos que defendem os seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que mantêm conjuntamente” (Silva, 2002, p. 40). Eles criticaram os pioneiros por entendê-los demasiado ideológicos e distantes da realidade prática, mas que, por outro lado, ao se concentrarem no pragmatismo, tendem a enfraquecer o movimento coletivo e a ideia de transformação social ampliada (Silva, 2002; Mendes, 2010).

Outros pensadores conceberam o cooperativismo a partir da tradição econômica liberal. Schulze-Delitzsch e seu principal seguidor Hans Crüger acreditavam que as cooperativas deveriam ter por finalidade a promoção das conveniências do sistema capitalista. Segundo Menezes (2018), esses teóricos dedicaram-se a direcionar as cooperativas, tanto quanto possível, no caminho das empresas capitalistas, dominadas pela racionalidade instrumental.

Ao trazer as cooperativas para o campo econômico liberal, em que predominam interesses individualistas e com enfoque na maximização de resultados financeiros, torna-se clara a tentativa de cooptação de um movimento que emergiu, exatamente, em oposição aos ideais do capitalismo. É sabido que os movimentos

que se propõem a confrontar o modelo hegemônico são alvo de duras investidas no sentido da sua aniquilação ou, em outros casos, são cooptados e se tornam aliados do sistema dominante.

Parece ter sido este o destino de boa parte do movimento cooperativo mundial, conforme afirmou Namorado (2013, p. 22): “com o instituir de sociedades de exploração, a cooperação transformou-se gradualmente numa colaboração forçada, ou seja, numa entreatajuda funcionalmente conjugada com processos coativos hierarquicamente estruturados”. Mas o movimento cooperativo é multifacetado e complexo e tem em seu seio distintos graus de aderências ao sistema posto, além das organizações conservadoras que apenas reforçam *status quo*, também convivem experiências progressistas que ousam ao vivenciarem os valores e princípios originais (Namorado, 2013; Menezes, 2018).

Nesse contexto, Singer (2002) observou que o movimento cooperativo sempre seguiu em expansão em termos quantitativos no plano mundial, porém considera que muito provavelmente nos aspectos qualitativos tenha se degenerado ao longo do tempo. Michels (2000) advoga que a perspectiva social é a mais importante e que tem sido a mais negligenciada, enfraquecendo-se o caráter de autoajuda, autorresponsabilidade e princípios democráticos. Posição semelhante à de Trechter, King e Walsh (2002), quando criticam e reforçam as contradições de empreendimentos cooperativos que se pautam fundamentalmente por aspectos competitivos, o que conduz a um desvio de significado e perda de capital social.

Assim, pode-se perceber a existência de antagonismos dentro do grande arcabouço que abarca o movimento cooperativo e, por isso, é importante reconhecer, antes de tudo, a sua pluralidade. Diante dessas aparentes contradições, há uma necessidade mais profunda de alinhamento de interesses entre cooperativa e cooperado, tendo como ponto de partida garantir a natureza do cooperativismo em sua essência original, assegurando a democracia interna, a equidade, o bem viver coletivo e o fortalecimento do capital social.

## Resultados e discussão

Neste tópico, os dados serão apresentados na forma de subseções, conforme os aspectos de cada país e, posteriormente, serão comparados. Buscou-se entender os diferentes modelos de cooperativismos existentes nos países a partir de suas estruturas representativas, legislações e *modus operandi*.

## O modelo cooperativista neozelandês

De acordo com Garnevska, Callagher, Apparao, Shadbolt e Siedlok (2017), em Nova Zelândia existem cerca de 1,4 milhão de membros associados às cooperativas, o que significa mais de 30% de uma nação com aproximadamente 4,5 milhões de pessoas. No país, há 150 cooperativas e as 30 maiores possuem, em conjunto, um faturamento que representa 17,5% do PIB. Os mesmos autores afirmam que a maior parte das receitas de todo setor cooperativo é originada do ramo agropecuário (65,2%), seguido pelo atacado e varejo (30,3%) e, com menor relevância, está o ramo de seguro, créditos e bancos (3,4%), seguido por outras áreas (1,1%).

O primeiro registro de constituição de uma cooperativa em Nova Zelândia ocorreu em 1869 com o Southland Building, Land and Investment Society, mas apenas em 1984 o país passou a contar com a Associação Nacional de Cooperativas da Nova Zelândia (em inglês, Cooperative Business New Zealand), que representa os interesses de seus associados e os capacita.

Garnevska et al. (2017) ainda apontam que as cooperativas de Nova Zelândia possuem algumas características em comum, como seus valores pautados na autoajuda, responsabilidade, democracia, equidade e igualdade. Além disso, assinalam três fatores de sucesso nas organizações cooperativas neozelandesas: i) pessoas, pois tais entidades são comprometidas com o desenvolvimento e empoderamento das pessoas; ii) lucro, porque o modelo de negócio é adequado para encontrar novas formas de sustentar o crescimento em um ambiente incerto e em rápida mudança; iii) planeta, tendo em vista que as cooperativas estão colocando os impactos ambientais e sociais no coração de seus negócios para servir suas comunidades e conservar os recursos naturais.

Não obstante o país possuir diversos obstáculos, como limites geográficos, território com área restringida, relevo montanhoso e baixos subsídios para a produção, Nova Zelândia destaca-se por sua força e eficiência em seus sistemas de produção. Significativa contribuição a esse desenvolvimento deve-se às cooperativas. O caso da Cooperativa Fonterra, maior exportadora mundial de lácteos (A Fonterra, 2017), é um exemplo. Contando com cerca de 10.500 produtores, ao se associarem, eles conseguiram diminuir a competição existente entre as cooperativas, reduziram seus custos, formaram novas parcerias e puderam investir em novas pesquisas para seus produtos (Siqueira, Barros, Melor & Gama, 2012).

Em relação à legislação, as cooperativas neozelandesas devem seguir o Ato nº 24 de 1996 (Co-operative Companies Act 1996), do qual alguns itens principais são destacados a seguir. A participação nas sociedades cooperativas se dá através de ações, sendo duas ações o mínimo necessário para se constituir uma cooperativa,

com no mínimo dois cooperados. O quadro de cooperados deve ser composto por, no mínimo, 60% de cooperados de transação, o que significa que devem fornecer bens ou serviços para a cooperativa ou, ainda, firmar transações comerciais com a cooperativa. Por fim, a distribuição de sobras ocorre geralmente em relação à participação de cada cooperado na organização (Garnevska et al., 2017).

## O modelo cooperativista francês

A Coop FR é a organização que representa o movimento cooperativo francês. Fundada em 1968, possui cerca de 23.000 cooperativas associadas que, juntas, empregam mais de um milhão de funcionários. As cooperativas na França possuem característica essencialmente regional, pois cerca de 73% das sedes das organizações encontram-se fora da capital Paris (Coop FR, 2020a).

De acordo com o Conselho Nacional de Câmaras Regionais de Economia Social da França (2015), o modelo de negócio cooperativo se aplica em diversos setores na França, sendo 70% da atividade bancária de varejo, 40% do setor de alimentos e 30% do comércio varejista desenvolvidos por cooperativas no país. Ainda será o referido Conselho que irá dizer que mais de 1/3 da população é membro de alguma cooperativa e, no ano de 2016, o faturamento dessas organizações somou 317 bilhões de euros, o que representa cerca de 14% do PIB francês, considerando que, nesse ano, o PIB foi o equivalente a 2.234 trilhões de euros.

O primeiro modelo de organização cooperativa na França foi criado em 1838 (Salatino, 2017) por Michel-Marie Derrion, seguidor do intelectual Saint Simon. A organização se chamava Le Commerce Véridique et Social e suas atividades, voltadas para o consumo, assemelhavam-se a um supermercado. Cabe ressaltar que a França também se destaca por contar com a maior cooperativa do mundo, a Groupe Crédit Agricole, que atua no setor bancário.

A legislação norteadora para os assuntos cooperativos na França é o chamado Estatuto da Cooperação, publicado em 1947. O primeiro artigo da lei destaca que a cooperativa deverá ser composta por pessoas que se unem voluntariamente para atender as suas necessidades econômicas ou sociais por meio de um esforço em conjunto. No que tange aos recursos excedentes da organização, primeiramente tais valores deverão ser direcionados para uma reserva a fim de que possam garantir o seu próprio desenvolvimento e de seus membros (França, 1947). Em relação à quantidade mínima de membros para a formação de uma entidade cooperativa na França, a regra geral estabelece no mínimo dois membros, porém, dependendo do ramo de atividade ou forma jurídica, essa quantidade pode variar e ser exigível, em alguns casos, o número mínimo de sete membros (Coop FR, 2020b).

## O modelo cooperativista finlandês

De acordo com o Censo Global de Cooperativismo (Dave Grace and Associates, 2014), a economia cooperativa representa 14% do PIB finlandês e emprega cerca de 60.850 pessoas, o equivalente a 1,12% da população. De acordo com o relatório, as cooperativas dos setores de agricultura e alimentos possuem receita bruta anual superior a 15 bilhões de dólares, e os setores de mútuos e seguros acima de 18 bilhões de dólares. A população também participa ativamente das organizações cooperativas. Excluindo o setor de seguros, existem mais de 7 milhões de membros associados, o que representa mais de 100% da população. Tal fenômeno ocorre porque os membros da sociedade podem associar-se a múltiplas cooperativas de ramos diferentes. Cracogna, Fici e Henry (2013) afirmam que cerca de 85% da população adulta finlandesa é membro de pelo menos uma cooperativa.

A lei que orienta e disciplina o funcionamento das organizações cooperativas na Finlândia é a Lei nº. 247/1954, que, posteriormente, foi alterada pelas Leis 1488/2001 e 421/2013. Pode-se observar maior proximidade do modelo cooperativo finlandês com as sociedades empresárias tradicionais. O primeiro artigo da Lei 247/1954 define que o objetivo das cooperativas é apoiar as atividades econômicas e financeiras de seus membros; para isso, utilizam serviços comunitários. Em relação à composição de seus membros, a lei permite que seja através de indivíduos, comunidades e fundações (pessoas jurídicas) e determina o número mínimo de três membros para a criação de uma cooperativa.

A primeira cooperativa no país foi fundada em 1899 por Hannes Gebhard (1864-1933) e recebeu o nome de Pellervo Confederation of Finnish Cooperatives (Bijaoui, 2017). Inicialmente, a organização oferecia serviços voltados ao varejo, porém a Pellervo Coop Center (nome atual) tornou-se o órgão representativo das sociedades cooperativas visando essencialmente “desenvolver atividades de cooperação com base em direitos de propriedade privada e cooperação econômica voluntária, a fim de aumentar o bem-estar econômico e mental e a conscientização das pessoas” (Pellervo, 2018). A instituição ainda supervisiona os interesses entre as sociedades cooperativas.

Em relação aos valores, as cooperativas finlandesas apoiam-se em dois grupos de valores: os básicos e os éticos. Para eles, são valores básicos a autoajuda, a autoconfiança, a democracia, a igualdade, a justiça e a solidariedade. Os valores éticos são honestidade, abertura, responsabilidade social e cuidado com os outros (Pellervo, 2020).

## O modelo cooperativista italiano

Na Itália, de acordo com o Censo Global do Cooperativismo (Dave Grace and Associates, 2014), existem 80.533 entidades cooperativas, com 26.388.505 membros. O referido Censo diz que, segundo o Instituto Europeu de Pesquisas sobre Empresas Cooperativas e Sociais (EURICSE), em 2008, as receitas das cooperativas representavam 10% do PIB nacional. Em 2011, as cooperativas empregaram mais de um milhão de pessoas, o que garante à nação a terceira colocação, entre 145 países, dentre os estados que mais empregam pessoas em relação a sua população total (Dave Grace and Associates, 2014).

As principais definições legais sobre o funcionamento das cooperativas encontram-se no Código Civil do país, mais especificamente a partir do Título VI (Itália, 1942). O artigo 2.522 da referida lei estabelece que são necessários pelo menos 9 membros para que se estabeleça uma cooperativa. Em relação aos valores cooperativos, segundo a Legacoop, que faz parte da Aliança Cooperativa da Itália e que representa mais de 90% do universo cooperativo italiano, os principais valores são: democracia, igualdade, mutualidade, intergeracionalidade (oportunidade para gerações futuras), abertura, solidariedade, responsabilidade social e educação/formação/informação (Legacoop, 2010).

Como considerou Leopoldino (2020, p. 4), o movimento cooperativista italiano “já nasceu com uma multiplicidade de inspirações ideológicas e com uma cooperação reativa, como uma espécie de autodefesa”. O principal objetivo das cooperativas era, em alguma medida, desenvolver uma sociedade de produtores livres, buscando emancipar os trabalhadores das amarras do modelo focado no capital.

As cooperativas estão organizadas em Confederação das Cooperativas Italianas, Liga Nacional de Cooperativas Italianas e Associação Geral de Cooperativas Italianas. A Confederação das Cooperativas Italianas, de tendência democrata cristã, foi constituída em 1945, em nível nacional, como uma organização paralela à Liga Nacional de Cooperação. A Liga Italiana é de tendência esquerdista, pois pertence ao Partido Comunista e ao Partido Socialista. A Associação Geral de Cooperativas Italianas (AGCI) foi estabelecida em Roma, em outubro de 1952. A associação é o resultado da iniciativa de um grupo de associações de inspiração republicana, liberal e social-democrata. A AGCI, portanto, por história, mas também por consistência, é uma das três principais Associações Nacionais de representação, assistência, proteção e revisão do Movimento Cooperativo, sendo uma organização sem fins lucrativos, livre e independente, que promove difusão, consolidação, integração e desenvolvimento do próprio movimento cooperativo, respeitando os princípios da democracia e da mutualidade, bem como o interesse geral da economia do país.

## O modelo cooperativista brasileiro

O Brasil, de acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019, publicado pela Organização das Cooperativas do Brasil (Sistema OCB, 2019), contava com cerca de 14,6 milhões de membros cooperados em 2018. As cooperativas do setor agrícola e de saúde possuem maior participação no que tange à receita operacional bruta em detrimento do PIB nacional, representando as fatias de 64% e 26%, respectivamente. Vale ressaltar que o faturamento total das cooperativas em 2018 foi de 259,9 bilhões de reais, o que representa cerca de 3,8% do PIB total do País para o mesmo ano (6,8 trilhões de reais). Em 2018, de acordo com a entidade, o Brasil mantinha 425.318 empregados em cooperativas (Sistema OCB, 2019).

Em 1889, foi fundada a primeira cooperativa brasileira, que era ligada ao setor do agronegócio, a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Ainda de acordo com a OCB, as cooperativas brasileiras são pautadas em valores humanos, entre eles destacam-se: solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade (Sistema OCB, 2020).

As cooperativas brasileiras são regidas por leis nacionais, que regulamentam o cooperativismo, como a Lei Geral das Cooperativas 5764/1971 e a Lei Complementar 130/2009, que regulamenta o sistema de crédito, entre outras. A Lei Geral das Cooperativas determina que as sociedades cooperativas singulares devem ser constituídas por, no mínimo, vinte pessoas físicas, permitindo que pessoas jurídicas sejam admitidas, desde que atendam a algumas exigências particulares.

Há, no Brasil, um único órgão que congrega as Cooperativas de todos os ramos, que é a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB. Trata-se de uma entidade privada que representa formal e politicamente o sistema nacional, mantém serviços de assistência, orientação geral e outros de interesse do Sistema Cooperativo.

## Comparativo entre diferentes modelos mundiais e o brasileiro

Apresenta-se, a seguir, um quadro comparativo com as principais categorias e características entre os modelos mundiais explorados neste trabalho e o modelo brasileiro.

**Quadro 2. Comparativo entre diferentes modelos cooperativos mundiais e o brasileiro**

<b>Itens comparativos</b>	<b>Nova Zelândia</b>	<b>França</b>	<b>Finlândia</b>	<b>Itália</b>	<b>Brasil</b>
Legislação principal	Cooperative Companies Act 1996 (Ato nr. 24/1996)	Estatuto cooperativo - Lei nº 47-1775 de 10-09-1947	Leis 1488/2001 e 421/2013	Código Civil de 1942 (a partir do Título VI, artigo 2511)	Lei Geral das Cooperativas 5764/1971 e Lei Complementar 130/2009
Órgãos representativos	Cooperative Business New Zealand	Coop FR	Pellervo Coop Center	Confederação das cooperativas; Liga nacional das cooperativas e Associação geral de cooperativas italianas	Organização das Cooperativas do Brasil
Ano de criação da primeira cooperativa	1869	1838	1899	1850	1889
Setores de maior faturamento	Agropecuário e Atacado/Varejo	Agropecuário e bancário	Agricultura/ alimentos e Seguros (saúde)	Trabalho e Seguros (saúde)	Agricultura e Saúde
Números de membros cooperados	1,4 milhão (30% da população)	27,5 milhões (41% da população)	7,5 milhões (85% da população)	26,3 milhões (43% da população)	14,6 milhões (6,9% da população)
Números de empregos gerados	50.000 pessoas	1.258.659 pessoas	60.850 pessoas	1.042.490 pessoas	425.318 pessoas
Faturamento Anual (relação PIB)	20% do PIB	14% do PIB	14% do PIB	10% do PIB	3,8% do PIB
Principais valores	Autoajuda, responsabilidade, democracia, equidade e igualdade	Democracia, solidariedade, responsabilidade, serviços justos, proximidade, transparência, sustentabilidade	Autoajuda, autoconfiança, democracia, igualdade, justiça, solidariedade, honestidade, abertura, responsabilidade social e cuidado com os outros	Democracia, igualdade, mutualidade, intergeracionalidade, abertura, solidariedade, responsabilidade social e educação/formação/informação	Solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade.
Número mínimo de membros	2	2	3	9	20
Ano de referência dos dados	2017	2016	2014	2008, 2011 e 2014	2018

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Dentre os países pesquisados, a França apresenta-se como a nação onde primeiro registrou-se uma organização cooperativa, sendo no ano de 1838. No Brasil, apenas 51 anos mais tarde ocorreu o registro da primeira cooperativa. Esse hiato pode justificar a incipiência do país em vários indicadores, quando comparado com as demais nações aqui avaliadas. Um exemplo explícito diz respeito ao número de cooperados, enquanto no Brasil, cerca de 7% da população participa como membro



em alguma organização cooperativa, nos outros países analisados a incidência gravita entre 30% e 40%, com exceção da Finlândia onde 85% da população participa em alguma cooperativa. Para além do interesse estritamente econômico, a maior participação dos membros da sociedade em cooperativas pode contribuir para o fortalecimento e disseminação de valores coletivos, de solidariedade e responsabilidade mútua (Singer, 2002).

O setor cooperativo, de acordo com a OCB (Sistema OCB, 2019), emprega no Brasil um contingente que soma 425.318 pessoas, menos de 0,5% da população economicamente ativa. Quando se compara com países como França e Itália, o percentual atinge cerca de 5% da população economicamente ativa.

A representatividade do Produto Interno Bruto (PIB) do setor cooperativo em relação à somatória total do país indica que o cooperativismo brasileiro está distante dos países que mais se destacam no movimento mundial. No Brasil, a participação não chega a 4% enquanto nos outros países pesquisados a proporção permanece em uma faixa de 10% a 20% (Sistema OCB, 2019).

Em relação aos aspectos legais, no Brasil exige-se a união de, pelo menos, 20 pessoas para se constituir uma cooperativa. Nos outros países pesquisados, a realidade é bem diferente, como na Nova Zelândia e França, onde é permitida a formação de uma organização cooperativa com apenas 2 membros. Quando é exigida uma quantidade mínima de membros muito elevada, dificulta-se e até inviabiliza-se a sua fundação, já que é difícil a adesão de mais de 20 membros logo no início das atividades. Fica a premissa: ou a cooperativa já nasce grande ou nem consegue ser instituída, o que afeta sobremaneira o cooperativismo solidário e popular, que se caracteriza por atividades rudimentares, muitas vezes familiares e de comunidades com elevado grau de vulnerabilidade social e econômica (Rocha, 2021).

Ainda no que tange à questão legal, destaca-se que a Finlândia descreve de forma clara em seu ato normativo que o objetivo principal na constituição de uma organização cooperativa está relacionado a aspectos econômico-financeiros. Tal fenômeno vem de encontro ao que consideraram Namorado (2013) e Menezes (2018) ao constatarem que o modelo cooperativo de cooperação contratual ou de tendências münsterianas é o mais frequente na atualidade, o que distancia o modelo cooperativo hegemônico de suas premissas rochedeleanas, que se fundamentavam em conceber uma alternativa organizacional que fizesse frente ao capitalismo.

## Considerações finais

O cooperativismo apresenta-se como uma forma alternativa de organização que se propõe a ser mais democrática, participativa e justa, em contraste com os modelos capitalistas fundamentalmente atrelados ao acúmulo de capital e à maximização de lucros revertidos apenas para os donos do capital. Estudos comprovam que, nas regiões com maior adoção do sistema cooperativo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é sensivelmente maior do que em outras. Acredita-se que tal fenômeno pode ser explicado pelos valores éticos e princípios humanos sustentados pelo modelo cooperativista, que contribuem para o desenvolvimento econômico, social, cultural e mental dos atores envolvidos. Portanto, conhecer os principais modelos mundiais, seus resultados e implicações, é parte fundamental para o desenvolvimento sustentável e consistente do modelo brasileiro.

Nesse contexto, o Brasil ainda possui um vasto campo para avançar em múltiplos aspectos dentro do cooperativismo. Enquanto as cooperativas dos países que serviram como referência neste estudo contribuem entre 10% e 20% com o PIB de suas nações, no Brasil a fatia corresponde a aproximadamente 3,8%. Por outro lado, os principais valores éticos e humanos cooperativos estão presentes no escopo de todos os países pesquisados, o que aponta um mesmo direcionamento de intenções em relação ao desenvolvimento das atividades dessas organizações.

Diferenças estruturais foram encontradas entre alguns países. Na maioria, inclusive o Brasil, apenas um órgão nacional congrega todas as cooperativas existentes; já na Itália, as cooperativas podem estar afiliadas a uma das três entidades nacionais. Esse fator é complexo e pode ser analisado a partir de duas perspectivas: pode ser positivo, visto que a congregação das cooperativas pode facilitar o acesso ao mercado, a organização do setor e a gestão de modo geral, mas pode ser negativo, uma vez que a divisão gera uma certa concorrência, o que pode enfraquecer o movimento como um todo.

Sabe-se que um dos embates atuais em relação às organizações cooperativas é que elas se distanciaram das proposições genuínas dos pensadores do início do século XIX, principalmente por se aproximarem dos movimentos do sistema capitalista contemporâneo. Percebe-se, porém, de acordo com as legislações dos países e com os princípios básicos sustentados pelas organizações, que existe um comprometimento e uma tentativa de manter as características originais do movimento cooperativista.

O presente trabalho encontrou como principais limitações o acesso a dados detalhados e aprofundados do cooperativismo mundial, bem como distinção entre os anos disponíveis para a coleta de dados, o que dificulta a comparabilidade das

informações. Como sugestão para próximos estudos, entende-se ser pertinente a ampliação das experiências cooperativistas para outros países não contemplados na presente pesquisa, além de pesquisas em profundidade com atores que se encontrem em posições de referência e que poderão enriquecer sobremaneira a visão panorâmica compreendida pela presente pesquisa.

## Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bijaoui, I. (2017). *SMEs in an era of globalization: international business and market strategies*. Springer Nature.

Conseil National des Chambres Régionales de L'économie Sociale (2015). *Panorama de l'économie sociale et solidaire em France*. I.C.O. Imprimerie.

COOP FR (2020a). *Coop FR, co-operative enterprises*. Retrieved February 20, 2020, from <https://www.entreprises.coop/english-version.html>

COOP FR (2020b). *Créer une coopérative*. Retrieved March 30, 2020, from <https://www.entreprises.coop/pourquoi-une-coop/92-creer-une-cooperative.html>

Cracogna, D., Fici, A., & Henry, H. (Ed.). (2013). *International handbook of cooperative law*. Springer-Verlag.

Dave Grace and Associates (2014). *Measuring the size and scope of the cooperative economy: results of the 2014 global census on co-operatives*. For the United Nation's Secretariat. Retrieved February 23, 2020, from <https://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coop-segm/grace.pdf>

França (1947). Loi n° 47-1775 du 10 septembre 1947. Portant statut de la coopération. Paris, 1947. Retrieved February 21, 2020, from <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000684004>.

Fonterra, A. (2017). *Fonterra Co-operative Group*. Retrieved June 14, 2021, from <https://www.fonterra.com/br/pt.html>.

Garnevska, E., Callagher, L., Apparao, M. D., Shadbolt, N., & Siedlok, F. (2017). *The New Zealand co-operative economy*. Massey University.

- Godoy, A. S. (1995, março/abril). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 2, 57-63.
- Hunt, E. K., Sherman, H. J. (2013). *História do pensamento econômico*. 26. ed. Vozes.
- International Cooperative Alliance. (2015). *Notas de orientación para los principios cooperativos*. Retrieved April 21, 2021, from <https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/guidance-notes-es-2107251738.pdf>.
- Itália (1942). *Regio Decreto 16 marzo 1942, n. 262*. Approvazione del test del Codice civile. Retrieved February 23, 2020, from <https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto:1942-03-16;262!vig=>
- Klaes, L. S. (2005). *Cooperativismo e ensino a distância*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Repositório da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103034/213746.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Legacoop (2010). *I valori cooperativi*. Retrieved February 23, 2020, from <http://www.legacooplazio.it/wp-content/uploads/2010/09/Valori-cooperativi.pdf>.
- Leopoldino, C. J. (2020). O cooperativismo e a função social constitucional da cooperação nas constituições da Itália e do Brasil. *Cooperativismo & Desarrollo*, 28(118), 1-25.
- Levi, Y., & Davis, P. (2008). Cooperatives as the “enfants terrible” of economics: some implications for the social economy. *The Journal of Socio-Economics* 37, 2178-2188.
- López, Belmonte, J., Moreno Guerrero, A. J. y Fuentes Cabrera, A.. (2020). Las cooperativas de enseñanza en España: Un modelo educativo para el desarrollo profesional docente basado en la economía social. *Cooperativismo & Desarrollo*, 28(2),1-25.
- Luzio-dos-Santos, L. M. (2014). *Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate*. Atlas.
- Luzio-dos-Santos, L. M. (2015). *Pautas para outra sociabilidade*. Eduel.
- Marra, A. V. (2009). *Associativismo e Cooperativismo*. Fundação CECIERJ.
- Mendes, M. M. (2010). *Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas*. (Dissertação de mestrado em Administração de Organizações, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

- Menezes, A. (2018). *Os dois pinheirinhos continuam firmes?* Confebras.
- Michels, V. (2000). *Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). Repositório da USP. <https://repositorio.usp.br/item/001109292>
- Namorado, R. (2013). *O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo*. Edições Almedina S.A.
- Organização das Cooperativas Brasileiras. (2010). *Apresentação Institucional Sistema Cooperativo Brasileiro*. Retrieved March 02, 2022, from <https://www.yumpu.com/pt/document/read/32001126/apresentacao-institucional-sistema-cooperativista-brasileiro-ocb>.
- Pellervo (2018) *Osuustoimintakeskus Pellervo ry: n säännöt*. Retrieved February 23, 2020, from <https://pellervo.fi/osuustoimintakeskus-pellervo/toiminta/osuustoimintakeskus-pellervo-saannot>
- Pellervo (2020). *Usein kysytyä osuustoiminnasta*, Retrieved April 2, 2020, from <https://pellervopel.fi/faq-items/mita-ovat-osuustoiminnan-arvot-ja-periaatteet/>
- Rocha, J. C. M. (2021). *Estruturas e vivências organizacionais nos diferentes modelos cooperativos brasileiros: um estudo a partir de experiências paranaenses*. (Dissertação de mestrado em Administração, Universidade Estadual de Londrina).
- Salatino, A. C. C. S. (2017). El progreso agrícola: uma cooperativa no Pampa Bonaerense. *Cadernos UniFOA*, 35, 49-61.
- Santos, B. S., Rodríguez, C. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Editora Civilização Brasileira.
- Schneider, J. O. (2012). Quatro funções básicas das cooperativas. Sua atualidade. *Revista Cooperativismo & Desarrollo*, 20(101), 79-90.
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (2017). *Disseminação de práticas, o modelo cooperativista pdgc*. Retrieved February 18, 2020, from [http://www.fnq.org.br/PAINEL\\_B\\_\\_apresentacao\\_SESCOOP1.pdf](http://www.fnq.org.br/PAINEL_B__apresentacao_SESCOOP1.pdf)
- Silva, A. C. P. (2002). Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, 12, 33-45.

- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, K. B., Barros, R. C., Melor, N. R., & Gama, D. A. (2012). Competividade do leite em pó integral brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 21(193).
- Sistema OCB. (2020). *O que é cooperativismo*. Retrieved February 24, 2020, from <https://somoscooperativismo.coop.br/o-que-e-cooperativismo>
- Sistema OCB. (2019). *Anuário do cooperativismo brasileiro 2019*. Retrieved January 10, 2021, from [http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2019/noticias/07/04/publicacao/publicacao\\_clique\\_aqui\\_04\\_07\\_2019.pdf](http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2019/noticias/07/04/publicacao/publicacao_clique_aqui_04_07_2019.pdf).
- Trechter, D. D., King, R. P., & Walsh, L. (2002). Using communications to influence member commitment in cooperatives. *Journal of Cooperatives*, 17,14-32.
- Vargas-Prieto, A. (2014). La crisis de identidad de las cooperativas agrarias en Francia. *Cooperativismo & Desarrollo*, 22(105), 31-46.
- Zylbersztajn, D. (2002). Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In: M. J. Braga, & B. S. Reis (Orgs.). *Agronegócio cooperativo: estruturação e estratégias* (Vol. A281). Universidade Federal de Viçosa.